

A FINALIDADE DO SER E O IDEAL DE JUSTIÇA

ANDRÉ GUSTAVO LIVONESI*

O homem é a única criatura que se recusa a ser o que é.

ALBERT CAMUS

Palavras-chave: Justiça. Essência do homem. Finalidade do ser. Ideal do justo.

1 INTRODUÇÃO

A relevância de discutir a finalidade do ser e o seu ideal de justiça está em entender o que cada ser humano busca para cumprir o seu dever ser, sem que isso impossibilite outros de fazê-lo.

Neste trabalho, analisamos a natureza social do homem, a busca do bem individual e coletivo e a necessidade de reconhecimento para a conquista de sua plenitude. Traçamos alguns apontamentos sobre o direito natural, relatando que este se apresenta como um ordenamento vinculativo de raiz ética, apurado pela razão ou pela sensibilidade, em conformidade com o juízo aristotélico.

Expusemos a relação existente entre liberdade, poder e direito, confrontando os aspectos históricos com a realidade contemporânea e demonstrando porque

* Mestrando em Direito Comercial e Pós Graduado em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. Advogado.

homens, embora livres, ainda se submetem ao poder arbitrário e totalitário de governantes.

Outro ponto de suma importância refere-se à questão ética, onde uma maior preocupação na formação e educação de crianças e adolescentes poderia proporcionar um desenvolvimento sócio-cultural mais eficaz e um bem estar coletivo.

Por derradeiro, o ideal de justiça, o qual iniciamos por uma visão aristotélica, discorreremos sobre as diversas formas de se praticar o justo e concluímos com a vivência deste ideal pelo homem.

2 A FINALIDADE DOS SERES

Todos os seres na Terra possuem uma finalidade. Têm um papel a desempenhar, atividades que devem cumprir para que sua permanência seja contínua. Para alguns seres não basta simplesmente permanecer ou apenas viver para que seja encontrado o seu fim. É preciso ir além, tomar atitudes positivas, entender o que o ser deve ser, e fazer com que o seu dever ser gere um novo dever ser, até que este, um dia, realmente seja.

Para efeitos de melhor entendimento, podemos dividir os seres existentes na Terra em três grandes grupos: o primeiro formado pelos minerais, o segundo composto por vegetais e animais irracionais e o último pelo homem.

2.1 OS MINERAIS

Perante a natureza, os minerais apenas resistem. Para que se cumpra o seu fim, cabe a eles apenas resistir a cada uma das intempéries terrestres. Não perdem suas propriedades pela modificação. Sua inércia não os torna bons ou maus, melhores ou piores. Dentro do que devem fazer, fazem-no bem. Não há qualquer questionamento sobre a sua essência. Se dúvidas existirem, basta realizar testes, verificar a composição e, poderemos dizer, com absoluta certeza, que se trata deste ou daquele minério.

Não há juízos de valor sobre os minerais. Sua única expressão é pecuniária, medida por sua escassez, raridade e facilidade manuseio, qualidades estas que possui desde o primeiro instante de sua existência e que irá guardá-las até o derradeiro momento de sua destruição. O simples fato de estar presente na natureza já os torna

parte dela e não é necessário nenhum ato para que o seu dever ser seja realizado. Deste modo, seu dever ser coincide com o ser. O mineral deve ser como é.

2.2 VEGETAIS E ANIMAIS IRRACIONAIS

Os vegetais e animais irracionais não podem apenas resistir. Se assim o fosse, a existência destes seres estaria condenada a uma única geração, pois sua possibilidade de resistência é inferior à dos minerais, sofrendo o envelhecimento e o desgaste. Todavia, vegetais e animais irracionais possuem interação com os outros de sua espécie. Cabe a eles cumprir um ciclo de vida para que seu fim seja alcançado.

Deste modo, vegetais e animais irracionais nascem, crescem, reproduzem, permanecem, envelhecem e morrem. Alcançada a rotação do ciclo, a existência de sua espécie está garantida. Seus atos perante a natureza ocorrem de maneira instintiva, quase auto-executáveis. Em determinadas épocas do ano, depois de transcorrido um período de amadurecimento, vegetais e animais irracionais sabem que é preciso reproduzir. E assim o fazem. Geram novos seres da sua espécie, garantem sua continuidade na natureza.

Não lhes é possível fazer ou emitir juízos de valores que, igualmente aos minerais, sua única expressão é pecuniária, avaliada por dotes e qualidades inerentes a todos da mesma espécie. Para alcançarem o seu dever ser, precisam percorrer um ciclo de vida, realizado com rigor pela natureza. Não lhes é dada faculdade de fazer, simplesmente o fazem. Os vegetais e animais irracionais, cumprindo o ciclo de vida, são como devem ser.

2.3 O HOMEM

O homem deve ser exatamente como deve ser o homem. E como deve ser o homem? Como o homem deve ser. Não há resposta para esse questionamento. Dotado de inteligência e liberdade de escolha, o homem trilha um caminho bastante diferente de minerais, vegetais e animais irracionais para cumprir seu fim perante a natureza.

A inteligência permitiu que o homem observasse o mundo, identificasse condutas possíveis, ponderasse sobre qual considera correta e escolhesse. Talvez a possibilidade de escolha seja o maior conflito enfrentado pelo homem, capaz de elevar suas virtudes, mas também de levá-lo à desgraça. Identificar o certo e ainda assim

fazer o errado, que outro ser mundano seria capaz de tal atitude? Nenhum apenas o homem.

O Prof. Jacy de Souza MENDONÇA ao discorrer sobre os diálogos enfrentados com o Prof. Armando CAMARA, traz-nos a seguinte passagem:

[...] O homem é convidado a pensar, ele pode eleger, pode e vai eleger. Há um complexo de forças que são determinantes, mas há um outro complexo que vai se revelar livre. Depois da racionalidade que determina, vamos encontrar a liberdade que escolhe. Quando exercemos o nosso pensamento, segundo as leis que o regem, encontramos uma série de polarizações. Não são mais determinismos causais. São polarizações que se dão à consciência, no sentido de serem atendidas, de o homem se abandonar a elas. Nós encontramos num ser, que é livre, porque é racional, a tendência, para, tomando consciência do seu ser e dos seres em cujo contexto está, resolver o problema da condução do seu agir, da realização do seu ser [...]” (Site valorjustica.com.br – diálogos – a liberdade)

A determinação do dever ser do homem não está nele mesmo. Há uma pluralidade de ações, tendente ao infinito, que podem ditar rumos diversos à espécie humana. O homem necessita da coletividade para que seja alcançado o seu fim. Mas, essa ampla liberdade de escolha faz surgir áreas conflitantes de interesses. Há bens e direitos que são queridos por todos, surgindo necessidade de disciplinar condutas: proibir determinadas práticas, autorizar previamente outras, estipular procedimentos, enfim, criar uma estrutura hábil a permitir a convivência saudável entre os mais colidentes interesses.

Todos os homens devem buscar o bem comum. Mas, o que seria o bem comum? No plano infra-estrutural é o acesso justo de todos à alimentação, à saúde, à moradia, à energia, à segurança e à expressão artística. No plano humanístico é o reconhecimento, o respeito e a convivência pacífica.

O campo do bem comum reflete o auxílio ou suplantação indispensável à realização humana, proveniente da cooperação de todos e passa a ser a finalidade do seio social. Todos os integrantes de um grupo convergem suas potencialidades chegando a uma intensidade de força comunitária.

George JELLINEK afirma que a vida do homem gira, perpetuamente, em torno de dois valores: indivíduo e coletividade. O equilíbrio entre ambos ainda não foi alcançado e, talvez, nunca o seja, pois se trata de característica própria da essência humana. Há sempre a predominância de um sobre o outro, refletida nas relações jurídicas e sociais.

O homem busca na Filosofia uma resposta que dê sentido a sua vida, que dê fundamento a sua realidade; busca a resposta a um problema vital: o problema da realização humana. São os fatores de ordem ética, os fatores de natureza axiológica. A busca da felicidade, da beatitude humana, de uma situação de segurança na existência, são exigências que conduzem o pensamento filosófico a fazer a discriminação das suas tarefas fundamentais. O problema de Deus, o problema das origens e dos fins últimos, o problema ético, o problema da fórmula, que conduz à plenitude humana, o problema, que leva a considerar a linha da sua realização perfeita. Ao lado do problema da verdade, o problema do bem. O homem não só se representa como é, mas busca a bondade do próprio ser. São fatores que decorrem, não apenas de exigências puramente especulativas, mas também de exigências de realização da liberdade, de busca da plenitude da vida; são fatores que integram a totalidade da pessoa humana e fazem a estrutura da personalidade do homem (Site valorjustica.com.br – diálogos - a liberdade).

Enquanto indivíduo, o homem é dependente das sociedades temporais, mas, enquanto pessoa, as supera; suas liberdades são inerentes à personalidade e seus interesses fundamentais anteriores a todas as garantias.

2.4 O HOMEM COMO SER SOCIAL

O homem é um ser social. Nasce sócio. Vive em sociedade e depende dela para desenvolver suas aptidões. O homem, singularmente analisado, é um ser incompleto. Depende sempre de outro homem para que ele consiga desempenhar as atividades que constituem seu fim. A plenitude do homem não está nele mesmo, mas na recepção da imagem que ele transmite a outra pessoa. Exemplifiquemos.

Todos os dias fazemos uso de inúmeros objetos, de alimentos, de produtos de higiene pessoal, de materiais de limpeza, etc. que são descartados. Produzimos lixo que, se permanecesse em nossas residências, tornaria o local inapropriado à moradia, seja pela produção de odores ou pela atração de insetos, como pela proliferação de doenças. E, para evitar malefícios, colocamos o lixo produzido fora de nossas residências, onde, se lá continuasse inerte, nada resolveria e teríamos de suportar os mesmos problemas.

No entanto, existe uma pessoa, pouco lembrada por nós, que diariamente, ou em dias específicos da semana, recolhe todo esse material e o leva para aterros sanitários. Trata-se do lixeiro, homem que realiza um trabalho pouco desejado, mas de imensa importância para a manutenção da saúde, ordem urbana e para o desenvolvi-

mento de inúmeras atividades. Essa pessoa permanece no anonimato, embora preste um serviço que nos é vital.

No fim de ano, época que desperta sentimentos mais nobres e aviva o carinho e a confraternização, costumamos oferecer uma gratificação àquele que exerce a profissão de lixeiro. Ao receber o benefício, o agradecimento e os desejos de boas festas, o homem se sente valorizado pela sociedade, sente-se importante, torna-se parte integrante de uma sociedade da qual, ao menos formalmente, nunca fora excluído. Sente-se vivo!

E tudo isso ocorre não pelo benefício pecuniário proporcionado pela gratificação, ou pelo bem em si mesmo, mas pelo ato praticado pela outra pessoa, a preocupação de ser reconhecido, o sentimento de poder estar mais próximo do outro e, de algum modo, sentir que ambos fazem parte de um universo comum.

O reconhecimento. Talvez esse seja o complemento necessário que leve o homem à sua plenitude. Não basta viver em sociedade, o homem necessita sentir-se bem. O bem estar consigo mesmo e o estar bem com a sociedade. Somente assim é possível que o homem encontre a perfeita união de desejos que satisfazem a busca pelo seu fim social.

O Aristóteles viu o social assim: a natureza humana não pode ser expressa num indivíduo, como ocorre com a natureza angélica. A expressão da riqueza humana exige a multiplicidade (muitos homens), para, nas variações, nas mutações, nas modulações que se realizam, encontrarmos Al Capones e Wagners. Portanto, para Aristóteles, a natureza humana, para se atualizar nas suas riquezas, exige o múltiplo e o sucessivo; a multiplicidade dos homens e a sucessão no tempo. O social é expressão, portanto, da condição humana, da finitude humana, da contingência humana, que, não possibilitando que a riqueza humana se expresse no indivíduo, exige o múltiplo, a multiplicidade de indivíduos; no múltiplo, no processo das gerações, exige a sucessão. Para expressão das riquezas da natureza humana, há, assim, a exigência da linha do tempo (a sucessão) e da linha do múltiplo (a quantidade), marcas da contingência [...] (Site valorjustica.com.br – Diálogos – A natureza social do homem).

3 O DIREITO NATURAL

3.1 A ESSÊNCIA DO DIREITO NATURAL

O Direito pode ser analisado como simples produto da razão humana, com o objetivo de alcançar o bem precípua ou final, decorrente de seus anseios, ficando, destarte, sujeito às paixões e, não raro, à prepotência dos mais fortes.

Todavia, o direito se desenvolve, em abstrato, no intelecto, sendo um juízo voltado a uma idéia de valor, com o propósito de não perder seu contexto no vazio. Esse juízo de valor, para o Direito, é o justo, que, por sinal, é seu objeto, pois nenhuma lei seria legítima se não atribuísse a todo cidadão aquilo que lhe é devido, dentro de uma certa igualdade e proporcionalidade.

Roberto de Rezende JUNQUEIRA traz importante contribuição sobre o assunto, ao nos lembrar que o homem, por seu “instinto gregário, agrupa-se com seus semelhantes” e necessita deste enquadramento, pois “é a única forma com a qual consegue o equilíbrio do jogo diversificado da vida comunitária”. E complementa:

[...] a sua inata liberdade, aí, limitar-se-á obviamente, pelo bem atribuído ao próximo, enquanto que, de outra, sua vida há de pautar-se pelas leis e convenções existentes, das quais não poderá fugir.

Nas divergências pessoais ou de grupos, uma norma apaziguadora, desse modo, exsurge sempre, facultando ou proibindo, para que a tranqüilidade social seja restabelecida, num certo equilíbrio, aceita pela razão, dentro da qual se tomam por base não só os direitos naturais do homem, como, e, especificamente, o justo. Assim, as decisões, sendo regras, transmudam-se, no futuro, em verdadeiras leis, já que estas, no dizer de Galvão de Souza, são as que estabelecem o justo e determinam o direito subjetivo (1977, p. 290).

A diferença entre a lei legal e a legítima faz-se sentir, desde logo, nesse pequeno exemplo que segue e, esclarece porque, fugindo da verdade, nós por vezes nos encontramos cegos na confusão, não sabendo explicar leis que a noção de Justiça repele à primeira vista.

Vejamos o exemplo: imaginem um navegador lutando numa tormenta, mas tendo em seu poder uma bússola e mapas náuticos para orientá-lo. O norte magnético e as cartas marítimas que dispõe jamais permitiriam que ele se afastasse do caminho certo. Destarte, se um defeito mecânico eventual paralisasse a embarcação, ou se um infortúnio físico o impedisse de prosseguir na rota, outros que, a seguir, viessem a ocupar o seu lugar, teriam à disposição os dados necessários para alcançar o porto do destino.

Ao contrário, um esquimó que, num inverno inclemente, se visse envolvido numa tempestade sem qualquer aparelho, nem mesmo visão do firmamento, por certo andaria às cegas ou em círculos até cair desfalecido, sem saber que nunca se afastara do ponto de partida. Nessa conjuntura, os seus seguidores pouco ou nada utilizariam de sua trilha, logo desfeita pela neve.

O Direito Natural tem sua importância na defesa das arremetidas revolucionárias, que, não raro, despidas de moderação, pretendem irradiar, num só golpe, as ordens jurídicas vigentes, para substituí-las por sistemas concebidos aprioristicamente.

O Direito Natural paira acima de todas as fontes; é freqüentemente invocado **através dos princípios gerais de Direito e equidade**, que estão acima do Estado, de regimes, de políticas, porém a verdade é que o Direito Natural está presente sempre, na sua função grandiosa de farol inapagável da justiça (VALLADÃO, 1982, p. 267).

O Direito há de ser fruto da razão, sobretudo filiado à ética, criado no princípio que conduz o homem a praticar o bem e a evitar o mal; terá, por razão de ser, a construção do clima favorável ao equilíbrio e paz sociais; remédio único capaz de fortalecer a coexistência entre as diversas comunidades, ou “não resistirá à aurora da liberdade, tão almejada quanto obscurecida pelas trevas da maldade e da incompreensão” (JUNQUEIRA, 1987, p. 291).

A lei natural se expande na lei humana para torná-la mais justa e mais perfeita, e, assim, a verdadeira filosofia dos direitos da pessoa humana repousa, pois, sobre a idéia da lei natural. É a lei natural que nos prescreve nossos direitos mais fundamentais.

3.2 LIBERDADE, PODER E DIREITO

A liberdade do ser humano, numa análise histórica, está diretamente relacionada à capacidade de cada indivíduo ou grupo social defender-se das ameaças externas. Para aqueles que não detêm o poder, repelir os excessos cometidos pelos invasores é tarefa impossível senão na condescendência dos fortes.

Por outro lado, aqueles que detêm o poder podem exercer plenamente sua liberdade, desde que sua capacidade de proteção e reação às ameaças externas estejam aptas para tanto.

Soares MARTINEZ relata o caso das aristocracias medievais, no qual o nobre, antes do aparecimento do poder real, é um senhor livre que confia na própria força para defender-se. Os fracos, pelo contrário, quando têm consciência da sua debilidade, face aos perigos que os ameaçam, facilmente renunciam ao que lhes resta de liberdade a troco da proteção que os poderosos lhe facultem. Esta é a razão sociológica do feudalismo. E completa:

O medo dos invasores terá levado o camponês desprotegido a acolher-se à segurança da torre do barão, oferecendo-lhe, em contrapartida, obediência, lealdade e múltiplas prestações a título pessoal e hereditário. Mas também o barão, tornado fraco pela força superior do inimigo, terá procedido semelhante modo de relação com o conde, quando careceu da sua proteção. E assim sucessivamente. Até afirmar-se no topo da hierarquia feudal o poder do rei (MARTINEZ, 1995, p. 33).

Jacy de Souza MENDONÇA ensina que o anseio de segurança do homem, aliado ao medo à sanção, leva-o à obediência, à aceitação da regra imposta:

Os escravos obedeciam a seus senhores – embora pudessem teoricamente desobedecer ou resistir pela força ao monstruoso domínio a que estavam submetidos – pela certeza de que, além das duras chicotadas imediatas que sofreriam, a longo prazo sairiam perdendo de qualquer forma com a desobediência. Trocavam a liberdade pela certeza de receber a *segurança* mínima de que necessitavam – habitação, alimentação, roupa etc. Abolida a escravatura, muitos pediram até para continuar com seus senhores, como se nada tivesse ocorrido (2002, p. 82).

Realmente, na história contemporânea, encontramos perigos diferenciados das ameaças de invasão. Mas, em razão do medo do desemprego, da ausência de moradia, de necessidades hospitalares e outros receios múltiplos, pessoas sacrificam suas liberdades individuais e mesmo coletivas pela segurança proporcionada pelo Estado.

O Estado, neste contexto, constitui o refúgio para os mais fracos, para que não sejam simplesmente eliminados da sociedade “por exigência das leis biológicas e sociológicas da evolução natural” (MARTINEZ, 1995, p. 34).

Para suprir essa necessidade humana de segurança, o Estado foi constituído por um sistema fechado, formado por um conjunto de regras capazes de solucionar todas as hipóteses da realidade da vida, estando apto a resolver os conflitos, dirimir as dúvidas e prover os bens aos seus jurisdicionados. A certeza e a segurança foram proporcionadas ao custo de uma submissão à vontade estatal, da possibilidade de um poder arbitrário do governante e da supressão de princípios e garantias fundamentais do homem.

Direito e Poder confrontam-se como uma antinomia, mas os direitos humanos situados no campo do Direito Natural, como normas de justiça individual e social, no âmbito valorativo do dever-ser, jazem como ideais permanentes e abstratos diante da força concreta do Poder.

Sustenta-se que a força se legitima a si mesma e que os atos bélicos, reais ou potenciais, nacionais ou internacionais, como os atos de dominação, proscrevem enquanto durar todo e qualquer Direito.

Essa suposta autolegitimação da força leva ao corolário de sua pretensa absoluta impunidade, favorecendo e até incentivando a permanência dos Poderes totalitários e, assim, as conquistas humanas, representando séculos de lutas e sofrimentos para se transformarem em direitos, derogam-se com uma pena impunemente (PASSOS, 1978, p. 267/268).

Hans Kelsen, autor da teoria pura do direito, definiu, num primeiro momento de sua vida, a liberdade como a ausência de quaisquer laços obrigatórios para o indivíduo, posição que foi reformulada, identificando na liberdade política uma autodeterminação conseguida pela participação do indivíduo na criação da ordem social.

Léon Duguit, por seu turno, definia a liberdade como o poder que pertence ao indivíduo de exercer e desenvolver sua atividade física, intelectual ou moral sem que, com isso, o Estado lhe possa determinar outras restrições senão aquelas necessárias à proteção da liberdade de todos. Da mesma forma que Kelsen, Duguit mudou sua concepção de liberdade, declarando que, cada vez mais, o Estado faz penetrar em seu ordenamento jurídico o elemento socialista. Tal postura revela bem a intervenção do poder político no domínio econômico-cultural, a fim de impedir que a liberdade dos fracos seja sufocada pela liberdade de uma minoria, proporcionando um mínimo de decência aos menos favorecidos.

De fato, o direito não pode ser concebido como a razão do mais forte ou como o interesse dos governantes, noções, no fundo, coincidentes. É necessário que o Direito seja uma projeção do justo absoluto ou tenha uma vocação para a justiça.

[...] não podemos limitar o Direito exclusivamente à forma e a aparência da lei positiva, à vontade dos poderosos, mas precisamos estar sempre atentos às regras ínsitas na natureza humana, que podem ali ser encontradas, pela nossa razão, e que servem e devem servir como modelo legislativo para os detentores do poder público (MENDONÇA, 2002, p. 44).

A finalidade do direito não pode ser o interesse individual. O justo, o valor de um conjunto é o que faz sua beleza, resulta harmônico entre as coisas, a ordem do conjunto. “Pode, por coincidência, por força da justiça, alguém receber o proveito do justo, mas a justiça é utilidade do todo, a boa partilha, e o juiz faltaria a esse fim se procurasse inicialmente o interesse de algum dos participantes” (ZENNI, 2004, p. 42).

O justo absoluto e a Justiça são a meta do direito, sua realização finalística. Na base das leis positivas, a noção de Justiça não oferecerá particulares dificuldades de definição, tendo como justas as decisões em conformidade com a norma posta. No entanto, o espírito humano não pode se conformar com a simplicidade desta correlação. Critérios pessoais poderão divergir sobre o que é justo e, isso, não constitui obstáculos para que cada homem ou grupo social se rebele contra decisões justas resultantes apenas da aplicação da norma, ainda que se reconheça sua aplicação ajustada às regras estabelecidas pelo direito positivado.

O justo deve-se confundir com o direito e, ambos, têm por sentido atingir o valor Justiça.

3.3 A QUESTÃO ÉTICA

Denominada a ‘ciência dos costumes’, tendo por objetivo o julgamento de apreciação aplicado à distinção do bem e do mal, a Ética é da maior importância para a orientação da conduta das pessoas.

Como ciência normativa, que emite juízos de valor em face da separação entre o bem e o mal, se aplicada devidamente, a Ética mostrará o caminho da decência e da retidão, em todas as áreas da atividade humana. O homem passará, por certo, a não transigir, consigo próprio, quando for tentado a praticar o mal, se convencido a respeitar os princípios éticos (PELLEGRINO, 1983, p.273).

ARISTÓTELES atribuía a felicidade como o fim último da atividade humana e a virtude como o meio de alcançá-la. A virtude como um comportamento que leva o homem a praticar o bem e a evitar o mal. Deste modo, o homem jamais será levado a cometer um crime ou a praticar um ato ilícito.

Se as ações virtuosas predominarem no homem não teremos de sua parte os atos ilícitos e a pena privativa de liberdade, determinada ou indeterminada, deixará de ser uma preocupação, pois não chegaremos a ponto de ter que aplicá-la para castigar ou ressocializar. Haverá uma grande evolução do homem em busca de seus fins, do bem comum. A liberdade, como característico essencial do ser humano, será preservada.

É preciso, para tanto, uma eficiente educação moral na formação de crianças e adolescentes, educação essa que lhes acompanharia o desenvolvimento, ajustando o caráter dentro dos princípios éticos.

Não devemos, portanto, ignorar que uma boa formação ética ensinará jovens sadios moralmente, pelo que, ao proporcioná-la, estaremos evitando o surgimento de criminosos, em todas as camadas sociais. Pobres, ou ricos, se

criados e educados dentro de seus princípios éticos, jamais serão atraídos às práticas ilícitas (PELLEGRINO, 1983, p. 274).

Vamos além. Uma sociedade com elevado caráter ético proporcionará aos seus sócios bem estar. Haverá melhor destinação de recursos financeiros, com a supressão de diversos gastos destinados à repressão de condutas ilícitas. O sistema penitenciário e a manutenção de obras do patrimônio público, freqüentemente atacadas por marginais, por exemplo, sofrerão gradativa diminuição tal qual o grau de consciência e educação moral ética da sociedade aumentem.

A ética provém do valor, de fazer o bem. O homem deve garantir dinamismo e sua realização deve encarnar e atingir o valor ético. Nas palavras de Jacy de Souza MENDONÇA:

O valor é uma possibilidade que se faz realidade, uma possibilidade obrigatória. A obrigação moral é uma necessidade de liberdade. Ocorre que o valor bem é o único obrigatório. Os demais vão participar dessa obrigatoriedade como decorrência. Há uma obrigação qualificada de jurídica apenas decorrentemente, uma espécie, uma modalidade de bem. A sedução do bem é condicionante da existência humana e o abandono dessa sedução pela liberdade, o fechamento ao fascínio da polarização do bem, frustra a existência. O bem é a medida da liberdade [...] (1999, p. 253).

O homem deve praticar o bem. Sua negação traz conseqüências de ordem psíquica, física e social, “enfrentando contínuo vazio existencial com premência de tristeza e, por conseqüência nihilificação do ser humano” (ZENNI, 2004, p. 101). A sociedade exclui de seu âmbito aquele que se propõe a pratica do mal. Prende. Retira-lhe direitos. A evolução do Estado ainda não permitiu a identificação de melhores meios de repreensão para a manutenção da ordem social. A liberdade do ser humano somente será plena se este viver os valores e tiver por meta a justiça.

4 O IDEAL DE JUSTIÇA

4.1 A VISÃO DE ARISTÓTELES

ARISTÓTELES concebeu o homem como um animal político: ser gregário por natureza, que possui com o Estado uma ligação de natureza orgânica. É inerente ao homem viver em sociedade e, por isso se organiza em comunidade. Apartado do convívio social, o homem só sobrevive se for um bruto ou um deus.

O conhecimento ético resulta da observação deste homem social, convivendo exatamente em seu meio próprio, criado por cada homem na relação existente entre si, a sociedade. É esta observação que permite induzir as noções do que é justo ou injusto, bem como formular juízos éticos: o que é justo para a sociedade, também o é para o indivíduo.

ARISTÓTELES não contempla a contemporânea distinção entre ética individual e ética social: é a ética da existência humana, razão da vida em sociedade. A natural adesão do homem à vida gregária em sociedade implica na sua aceitação e respeito quanto às tarefas cívicas no sentido do bem comum, o bem de todos que coincide, em última instância, com o bem individual.

A ética volta-se à investigação prática da conduta humana no sentido de depurá-la. A virtude não é uma faculdade ou uma paixão inerente ao homem, ao qual resta a capacidade de discernir entre o justo e o injusto, optando por agir conforme um ou outro. A reiteração da opção pelo justo leva à virtude. Esta, como o vício, adquire-se pelo hábito, pela repetição de ações naquele determinado sentido, mas nunca pelo simples conhecimento do indivíduo com relação a ela.

Por ser racional, o homem se vale da ética para verificar qual a ação justa, por ela pautando sua conduta, atingindo a virtude. Por isso, repise-se novamente, a ética é uma ciência prática: só o conhecimento teórico não basta à justiça. Daí se pode inferir uma peculiaridade do estudo ético: as roupagens pré-concebidas não lhe vestem bem; qualquer juízo baseado em leis fixas é falso ou, ao menos, inaplicável. Ao contrário das outras ciências, que logram conceituar precisamente seus princípios e objeto, a ética reserva sempre uma margem de variação a flexibilizar sua principiologia de um a outro sujeito.

O que compreendeu ARISTÓTELES é que a própria natureza, de onde proviria o justo natural, não é estanque, imutável. Pelo contrário, submete-se a um contínuo, porém vagaroso, processo de mutação e adaptação.

4.2 OS DIFERENTES MODOS DE JUSTIÇA

ARISTÓTELES dividiu a justiça em espécies: distributiva, equiparadora, comutativa e judicial.

A justiça distributiva preconiza a distribuição das benesses sociais entre os membros da comunidade, observada uma igualdade proporcional, visto que a distribuição deve ter como referencial o mérito de seus destinatários. A justiça equiparadora, por seu turno, leva em conta o intercâmbio dos bens, a prestação de serviços

e as relações entre todos, preconizando a exata correspondência entre a coisa dada e a recebida.

Já a justiça comutativa analisa as relações contratuais entre as pessoas, estabelecendo a equivalência entre o que se dá e o que se recebe como compensação. Por fim, a justiça judicial é aquela dada pelo juiz, exigindo-se paridade entre o dano e a reparação, o crime e a pena a este cominada.

No entanto, nenhuma dessas formas de justiça analisadas singularmente ou em conjunto satisfaz as ambições humanas. Nas relações dominadas pela justiça comutativa, por exemplo, os deveres de prestar respeitam a seres tidos por iguais, cujas prestações recíprocas sejam equivalentes. Assim, o preço deverá ter um valor monetário igual ao do valor econômico do bem e, será julgada injusta a troca de um quilo de arroz por um quilo de ouro, não obstante exista uma paridade de quantidade.

Se for aplicada ao caso a justiça distributiva, observando-se uma igualdade proporcional segundo o mérito de seus destinatários, deveremos analisar a igualdade das prestações. Mas, a única forma de se analisar o mérito é segundo intuições do bem feitas por cada homem e, deste modo, a justiça sofreria julgamentos distintos, o que não se pode conceber.

Embora o sentimento de justiça esteja presente em todo ser humano, tendo por definição, segundo Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA: “1. A virtude de dar a cada um aquilo que é seu. 2. A faculdade de julgar segundo o direito e melhor consciência”, não é possível reduzi-la a uma simples paridade de prestações ou a um julgamento de uma situação conflituosa. É necessário identificar a justiça na essência do ser humano.

4.3 A VIVÊNCIA DO IDEAL DE JUSTIÇA

A verdade é que o ideal do justo nasceu com a própria humanidade. Não houve a revelação da essência desse ideal. A concepção de justiça varia com as ideologias predominantes em cada momento histórico, ora se assentando na liberdade, ora na igualdade. PLATÃO, por exemplo, concebia a justiça como um princípio que impunha determinada estrutura social, determinando a cada homem que se limitasse a fazer o que lhe fosse atribuído.

PLATÃO compara o Estado a um ser humano e, delineando as premissas do moderno organicismo, afirma que os homens são naturalmente desiguais, cabendo aos filósofos o papel de cérebro da sociedade. Aos militares e operários, respectivamente, pulmões e estômago da sociedade, caberiam, respectivamente, a segurança

e o abastecimento do Estado. Esta divisão de classes e de funções deve ser rígida, inafastável, pois, sendo a justiça uma idéia de harmonia e de unidade, como o corpo humano, os órgãos sociais devem se restringir às suas atribuições impostas pela natureza.

Mas, na moderna concepção de bem comum, exige-se ação do Estado. Este não mais pode permanecer em seu caráter passivo. O Estado, para cumprir sua função, deve agir. Quando uma fábrica, por exemplo, causa poluição, o Estado deve obrigá-la a minorar o mal ou encerrar as atividades, criando verdadeiras restrições ao direito à propriedade em nome do bem estar coletivo. O Estado, portanto, deve transcender a mera legalidade e buscar, ativamente, a justiça social.

Em princípio, aliás, todo Estado é Estado de Direito. Pois toda sociedade tem, essencialmente, seu direito, seu ordenamento jurídico, que poderá ser justo, isto é, amparado no consenso social ou não. Entretanto, se todo Estado é Estado de Direito, ao manter a legalidade pura e simplesmente, nem todo Estado de Direito será Estado de Justiça, que é o Estado que transcende a mera legalidade, deixando de ser o Estado um mero defensor da ordem pública, e que passa a atuar, a agir, em três planos bem definidos: a) plano político, ao manter sua segurança interna e externa; b) plano jurídico, ao construir o Estado de justiça; c) plano social, ao atender às necessidades assistenciais, previdenciárias e educacionais da coletividade.

Justiça e segurança, dessa forma, interagem-se diretamente com o bem comum. Para RADBRUCH, “o bem comum, a justiça e a segurança exercem um domínio sobre o direito, não em uma perfeita harmonia, senão em uma antinomia vivente” (1961), e a preeminência de um destes valores frente a outros só pode ser determinada por uma decisão responsável em cada época.

Nas palavras de Roberto de Rezende JUNQUEIRA um pedido eloquente:

Nosso Direito é patrimônio de todos os seres, que, mercê de Deus, nascem livres e são todos iguais em dignidade e privilégios. Dotados com razão e consciência, acreditamos que todos são tidos como indivíduos capazes de agir, em relação às demais criaturas, com igual amor fraterno, não fazendo a outrem o que não querem que façam a si mesmo.

De tudo que ELE nos revelou e do mais que a humanidade conseguiu, no correr dos tempos, não é desperdício, nem vergonha, exigir um direito justo, uma justiça reta e o culto das virtudes, numa sociedade em que a falsa ciência faz perder a fé, a força tenta sobrepor-se à sabedoria, a desconfiança obstruir a caridade e o desespero enfraquecer a coragem dos homens (JUNQUEIRA, 1977, p. 294/295).

O ideal de justiça está na solução reconhecida por todos, cuja imagem não reflita uma imposição de poder ou o cumprimento de procedimentos previamente estabelecidos. Não se trata de uma decisão proferida por um direito posto, o ideal de justiça está nos fins do homem alcançados por ele mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pudemos encontrar o papel da filosofia no desenvolvimento humano: ampliar os horizontes das relações existentes, identificar os elos de ligação entre os diversos níveis humanos de vida, exigir a participação do homem e da comunidade no processo de ordenação e desenvolvimento do direito.

Uma filosofia que faz pensar. Faz o homem parar sua rotina de relações de massa, faz perceber que o direito positivo, ditado por legisladores e justificado por um Estado de Direito, não é uma verdade inquestionável. Uma filosofia que nos carrega pelos braços à nossa essência para nos mostrar que o homem tem o dever ser jurídico a cumprir e que este coincide com o próprio dever ser humano.

Uma filosofia que evidencia nossa liberdade e nossa inteligência, dizendo-nos que somos seres dotados de escolhas e capazes de, por nós mesmos, praticarmos sempre o bem. Recorremo-nos a Alessandro ZENNI para dizer que “o homem, escoimado de sua liberdade, é ser material, causalidade pura, sem poder conjecturar a idéia de fim, enquanto que pensando em Bem, como fim, o homem atraído pelo valor, põe sua liberdade diante da convocação de seus fins, podendo aceitá-los ou negá-los no que convergirá para sua deificação ou nihilificação” (2004, p.125).

A liberdade é condição para a realização dos valores. Associada à inteligência, torna-se indispensável para a concretização do homem segundo seus fins. O homem deve ser como deve ser e isto tende a bastar se o seu caminho for trilhado pelos valores e a busca for por justiça.

6 REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, traduzido por Edson Bini, São Paulo, Edipro, 2002.

BITTAR, E. C. B.; ALMEIDA, G. A. de, *Curso de filosofia do direito*, 2ª edição, São Paulo, Atlas, 2002.

_____. *A justiça em Aristóteles*, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

JUNQUEIRA, Roberto de Rezende. Direito Natural e a realidade brasileira, in *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.º 506, dezembro/1977, pág. 289/295.

MENDONÇA, Jacy de Souza. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo, Saraiva.

_____. *O curso de filosofia do direito do professor Armando Câmara*, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.

MONTORO, André Franco, *Estudos de filosofia do direito*, 2ª ed, São Paulo, Saraiva, 1995.

PASSOS, Darcy Paulillo dos. O conteúdo social dos direitos humanos e o Estado de Direito, in *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.º 518, dezembro/1978, pág. 267/276.

PELLEGRINO, Laércio. Filosofia e criminologia, in *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.º 569, março/1983, pág. 271/274.

RADBRUCH, Gustav, *Filosofia do Direito*, 4ª ed., Coimbra, Armênio Amado, 1961, v.II.

VALLADÃO, Haroldo. Justiça social e interpretação, in *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.º 564, outubro de 1982, pág. 266/270.

ZENNI, Alessandro Severino Vallér, *Crítica Realista ao Inividualismo Jurídico*, Tese de Doutorado em Direito, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

Artigos sobre filosofia do Direito, disponível em: <<http://www.valorjustica.com.br>>